



CIVILIZAÇÃO NA MATA

O naturalista Alexandre Ferreira aparece na alegoria (ao lado), apontando para um mapa. Já os outros desenhos, como o da Vila de Camotá, são mais realistas



IMAGEM DOS COSTUMES

Índio mura cheirando paricá: retrato da cultura dos habitantes da Amazônia feito pelos desenhistas portugueses Codima e Freire, que participaram da missão

gista-colonizador Alexandre Rodrigues Ferreira passou a ser valorizado.

Não poderia ter havido momento mais oportuno para o seu renascimento: a Rio 92. Os ambientalistas de carteirinha ali reunidos provavelmente pouca atenção prestaram às conversas entre o escritor Affonso Romano de Sant'Anna, presidente da Fundação Biblioteca Nacional, e Gribel. Delas resultou, além da exposição, um livro também chamado *Amazônia – redescoberta no século XVIII*. “É preciso investir em cultura”, diz Gribel. No caso, o investimento do Banco Real foi de US\$ 150 mil. O livro, com tiragem de 3.500 exemplares, está sendo distribuído a bibliotecas de todo o País. Trata-se de uma caixa com 20 reproduções dos belíssimos desenhos originais assinados pelos portugueses Joaquim José Codima e José Joaquim Freire, que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira em sua expedição enviada ao Brasil em 1783, pela rainha D. Maria I, com objetivo de desvendar os mistérios da floresta amazônica. O próximo passo da Biblioteca Nacional será, a partir deste mês, microfilmar os manuscritos e concluir a reprodução fotográfica dos desenhos para facilitar o acesso do público a todo material.

Aqueles que se interessarem em refa-



zer a *Viagem filosófica* por meio do acervo da Biblioteca Nacional terão em mãos documentos inestimáveis. O rigor das obras de Codima e Freire permite catalogar exaustivamente plantas, peixes, aves, insetos e mamíferos encontrados em dezenas de rios e vilas das então

capitanias do Grão Pará e Mato Grosso. Nos manuscritos encontra-se uma rica descrição da vida da Amazônia e das tribos indígenas, a maioria delas já extintas. Mais do que um retrato da região até então desconhecida pelos portugueses, os relatos de Ferreira mostram os planos da Coroa portuguesa em relação à riqueza escondida na selva. “Enquanto nas narrativas dos desbravadores a representação era fechada, agora a linguagem pode dar vez a um caminho diferente porque reina o discurso estruturado da posse colonial”, observa o escritor amazonense Márcio de Souza, diretor do Departamento Nacional do Livro da Biblioteca Nacional. Esse discurso não impedia, no entanto, que Ferreira alertasse para o risco de extinção de algumas espécies, como as tartarugas e os peixes-boi. É provável que ele quisesse preservar justamente para os colonizadores portugueses terem o que explorar – e estaria dessa forma apenas cumprindo a missão que lhe foi confiada. Mesmo assim, ele não deixou de contribuir para que boa parte da fauna amazônica passasse a viver em paz.

Nascido em Salvador em 1756 e filho de pai português, Alexandre Rodrigues Ferreira foi mandado à Universidade de Coimbra em 1770 para seguir a carreira eclesiástica. Mas seduzido pelas reformas iluministas introduzidas na Universidade por Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal (1699-1782), optou por outros caminhos. Estudou Física experimental, Química, Zoologia, Botânica, Mineralogia, Lógica, Ética e Metafísica. Aceito como professor em Coimbra, Ferreira foi escolhido pelo ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, para comandar um levantamento cuidadoso e fidedigno dos recursos botânicos, animais, minerais e humanos da região menos conhecida da colônia. O naturalista saiu de Lisboa em agosto de 1783 e chegou a Belém 51 dias depois, acompanhado dos desenhistas Codima e Freire, do botânico Agostinho Joaquim do Cabo e do novo governador da Capitania do Grão Pará e São José

do Rio Negro, Martinho de Souza. Além de retratar a Amazônia, Ferreira tinha também a tarefa de se incorporar às comissões de demarcação das fronteiras do Brasil com a América Espanhola, estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777.

RIGOR CIENTÍFICO

Árvore de castanha de perequito (ao lado) e orquídea (à dir.): registro completo da flora existente nas margens das dezenas de rios percorridos nos nove anos que durou a viagem

Um dos integrantes dessas comissões de fronteiras era o arquiteto italiano Antonio Giuseppe Landi (1713-1791), que se encontrava em Belém desde 1753. Embora não tenha participado da *Viagem filosófica*, Landi acabou colaborando com ela. Entregou ao naturalista algumas plantas e vistas da cidade, além de desenhos de edificações que projetou em Belém, como o Palácio do Governo e as igrejas de São João, das Mercês e de Santana. Landi é considerado o introdutor do estilo neoclássico no Brasil, que só entraria no Rio de Janeiro em 1822 com a chegada da Missão Artística Francesa. “A modernidade no Brasil foi introduzida através da Amazônia, com a ciência de Alexandre Rodrigues Ferreira e a arquitetura de estilo neoclássico de Antonio Landi”, afirma o pesquisador Herkenhoff.

Inspirados no estilo de Landi, que também documentava animais e plantas, os desenhistas Codima e Freire dedicaram-se a colocar no papel, detalhadamente e com apurada técnica e sensibilidade, tudo o que encontraram pela frente durante o tempo em que acompanharam Ferreira. Munido do *Sistema naturae*, de autoria do naturalista sueco Carl von Linné (1707-1778), um dos primeiros a catalogar espécies de plantas e animais, Ferreira ia classificando o que deveria ser retratado pelos traços de seus desenhistas. O esforço de passar dias e dias dentro de uma canoa, observando o comportamento dos animais, colhendo plantas e vivendo precariamente resultou num dos mais belos e rigorosos (e, crescente-se, desconhecidos) documentos sobre a Amazônia.

Há de tudo nos registros da expedição. De orquídeas a filodendros, de macacos

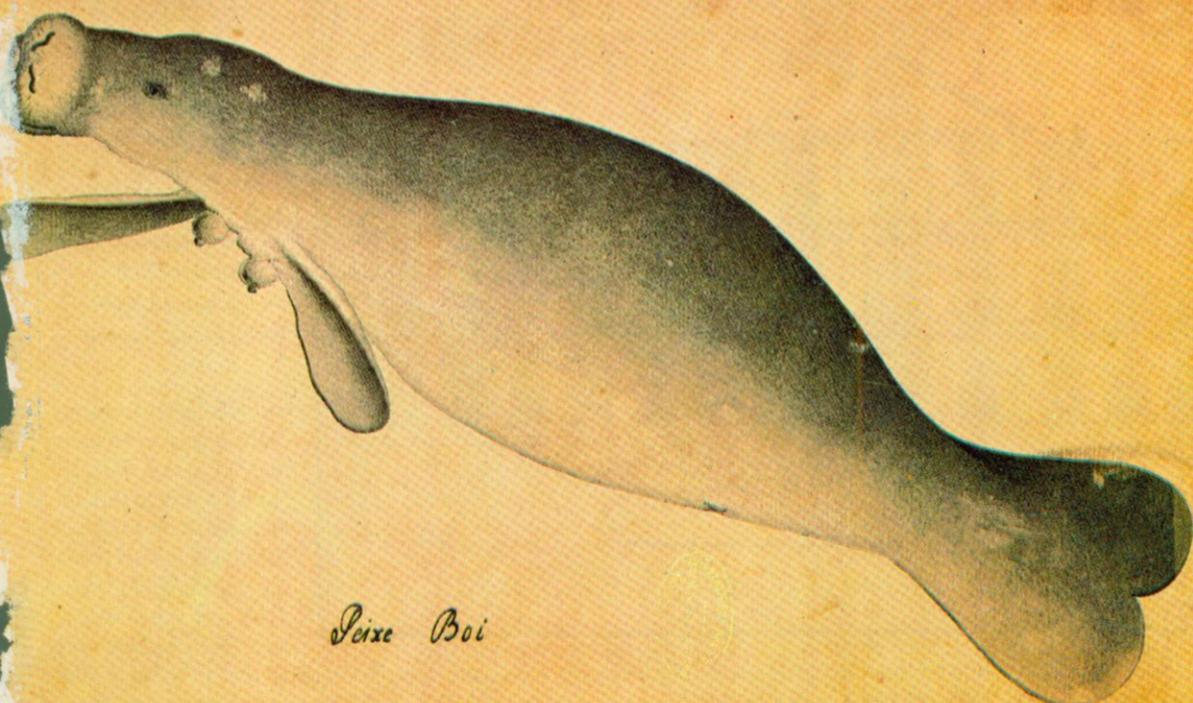
a peixes e tartarugas, passando por ornamentos e armas indígenas. Os índios, chamados de gentios, são mostrados em seu dia-a-dia – pescando, caçando, dançando e participando de rituais religiosos. Desenhadas muitas vezes depois de abatidas, algumas aves aparecem nas gravuras até com as manchas de sangue nas penas. As pranchas com as plantas avançam em detalhes de sua morfologia, como cortes do caule e dos frutos. Tudo cuidadosamente descrito pelo próprio punho do naturalista. “O diário da *Viagem filosófica* é ciência natural. Seus integrantes

não tinham uma visão mítica da natureza. Faziam ciência leiga”, afirma Herkenhoff. Além dos desenhos das espécies encontradas, Codima e Freire documentaram os costumes da região e o equilíbrio ecológico entre as espécies. Notaram, por exemplo, que as capivaras eram presas fáceis para as sucuris, o que resultou num desenho ilustrando o bote de uma cobra camuflada em uma árvore.

Surpreso com os hábitos indígenas, o naturalista pediu que desenhassem um representante da tribo mura cheirando paricá – lascas do tronco da árvore de



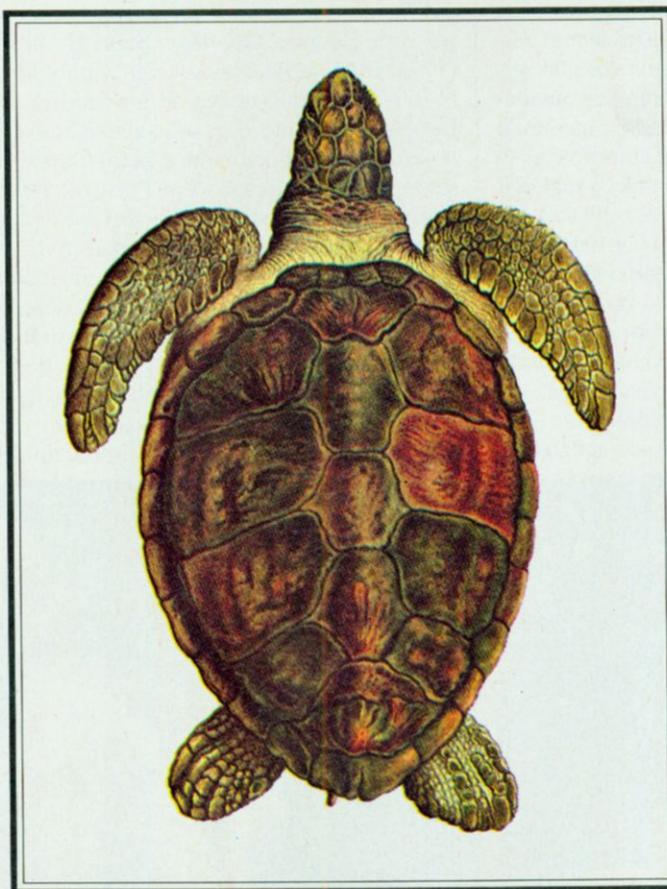
REPRODUÇÕES DE AMAZÔNIA - REDESCOBERE A 17. SÉCULO XVI



Peixe Boi

mesmo nome. Em um de seus manuscritos, encontra-se a seguinte definição dos gentios: "...Vive, porém, não faz mais do que vegetar. Olha, porém não reflete; aprende, mas não raciocina ...". Ajuricaba, um dos famosos índios que frequentam os livros escolares como símbolo da luta contra o conquistador português, não escapou das anotações de Ferreira: "Eis aqui resumida a história da vida e da morte de um índio, que a natureza assim havia disposto para um herói de seu tempo e do seu país, mas que destas suas disposições naturais não soube usar de outro modo com relação aos nossos costumes, senão merecendo a morte, que por suas próprias mãos adiantou."

Em outro de seus longos escritos, intitulado *Memória sobre a Jurararetê*, Alexandre Rodrigues Ferreira relata à Corte tudo o que pôde observar sobre as tartarugas – habitat, desova, e, principalmente, o consumo de sua carne. O texto, que seguiu para Lisboa juntamente com um caixote repleto de tartarugas para estudo científico, contém também um alerta: "Este anfíbio tão útil ao Estado ainda não mereceu cuidados ou providências que são requeridas para evitar os abusos que se praticam contra ele. Uma tartaruga para chegar ao seu devido crescimento gasta alguns anos. Anualmente são inúmeras as que se desperdiçam ao arbítrio absoluto dos índios: todas as ninhadas são descobertas, pisadas a eito e a maior par-



REPRODUÇÃO DE VIAGEM FILOSÓFICA

te das tartaruguinhas são comidas sem necessidade, o que em conjunto vem influir para sua raridade no decorrer do tempo." Indignação semelhante ele mostrou ao observar a pesca do peixe-boi, também motivo de registro: "Arpoam-se

de do Mato Grosso, que o botânico Agostinho Joaquim do Cabo morreu, possivelmente vitimado pela malária.

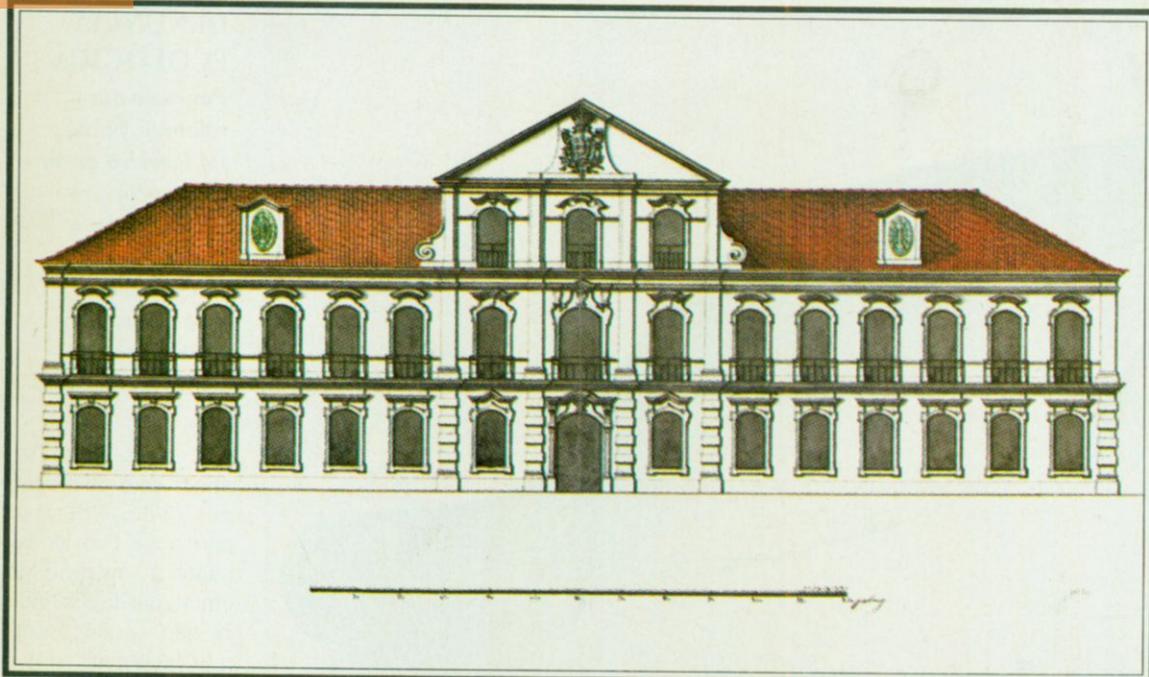
Nunca chegou a ser feito um inventário completo sobre tudo o que ficou registrado pela expedição. O pesquisador pa-

DENÚNCIA ECOLÓGICA

Por meio dos relatos à Coroa, foi Ferreira quem deu o primeiro alerta contra o risco de extinção dos peixes-boi e das tartarugas e criticou os índios predadores

em todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isso não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos."

Viagem Filosófica não foi, na verdade, uma única expedição. Ferreira escolheu as cidades de Belém, no Pará, e Barcelos, no Amazonas, como base para assentar acampamento. A partir delas fez diversas viagens pelo interior da floresta, percorrendo rios e vilas. A primeira delas foi à ilha de Marajó e às ilhas menores nos arredores da foz do Amazonas. Depois foram explorados os rios Amazonas, Negro, Xingu, Solimões e seus afluentes. Só no quinto ano Ferreira chegou ao rio Madeira, cumprindo ordem expedida em carta pela Corte, preocupada com a demora do naturalista em visitar aquela região. Entre 1791 e 1792 ele se ocupou dos rios e serras do Mato Grosso. Foi ali, na antiga Vila Bela, hoje cida-



A RIQUEZA DAS CIDADES

A fachada da residência do governador da capitania do Pará, projetada pelo arquiteto italiano Giuseppe Landi, é um exemplo do estilo neoclássico presente na região

missão exploradora portuguesa à Amazônia, a *Viagem filosófica* foi a precursora de dezenas de outras expedições naturalistas que atravessaram o País nos anos seguintes. Foi a partir dos

manuscritos deixados por Ferreira e dos desenhos de Codima e Freire que se começou efetivamente a estudar a fauna, flora, clima, geografia e costumes da população que habitava a região no século XVIII.

Considerável porção da Amazônia que Ferreira viu não existe mais. As vilas se tornaram cidades, as cidades mudaram de nome, as tribos indígenas desapareceram, os rios viraram hidrelétricas e a floresta sucumbiu às queimadas. Mas algumas de suas previsões mais pessimistas não se consumaram. Embora continuem ameaçados, o peixe-boi e as tartarugas ainda sobrevivem na Amazônia. E muito do que Ferreira registrou permanece intacto à espera de ser visitado ou aproveitado economicamente. “Se Orellana

descobriu o vale amazônico e Pedro Teixeira o conquistou, o pioneiro da Amazônia, Alexandre Rodrigues Ferreira, observou a natureza tornando conhecidos os roteiros ecológicos, para que em tempos futuros pudessem ser preservados e explorados racionalmente”, explica o pesquisador Waldir da Cunha, encarregado de zelar pelos documentos da *Viagem filosófica* na Biblioteca Nacional.

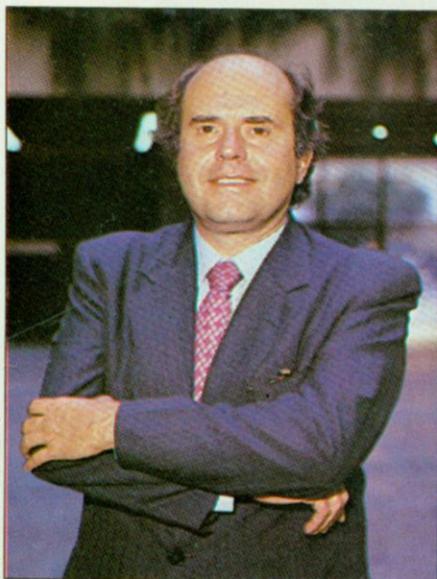
Colaborou Anabela Pava, do Rio de Janeiro

raense Oswaldo Rodrigues da Cunha, autor do livro *O naturalista Alexandre Ferreira*, publicado pelo Museu Emílio Goeldi, em Belém, estima que Ferreira tenha recolhido uma coleção zoológica com cerca de 1.600 exemplares, uma coleção mineralógica e de fósseis com aproximadamente 70 peças e 10 herbários, incluindo 1.100 espécimes de plantas amazônicas. O encarregado de despachar todo o material coletado para Lisboa era o capitão Luiz Pereira da Cunha, um funcionário da Corte que morava em Belém e que nunca recebeu pagamento pelo serviço prestado. Ao descobrir que o capitão levara o calote da Coroa e ficara, assim, sem dinheiro para o dote da filha chamada Germana, Alexandre Rodrigues Ferreira decidiu casar com ela como forma de gratidão ao capitão Cunha. E foi com Germana que retornou a Portugal em 1793, apresentou-se ao príncipe regente D. João VI, filho de D. Maria I, que enlouquecera, e passou a executar serviços burocráticos na Corte.

A promessa de que seu trabalho seria publicado não foi cumprida. Em 1808, as tropas de Napoleão que invadiram Portugal, sob o comando do general Junot, confiscaram boa parte do que Ferreira e seus dese-

nhistas haviam produzido. Transportado para o Museu e Jardim des Plants de Paris, o acervo foi estudado e parte dele publicado por naturalistas europeus, entre eles Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) e Alexander von Humboldt (1769-1859), que nunca deram crédito a Ferreira. Segundo o pesquisador Cunha, o confisco dos documentos pelos franceses e a não-publicação em Portugal tornaram o naturalista baiano um homem apático e psicótico, o que acabou apressando sua morte, em 1815. Alguns anos depois, os manuscritos e parte dos desenhos foram devolvidos a Portugal e, mais tarde, transferidos ao Brasil. Um dos herbários ainda se encontra no Jardim des Plants, precariamente conservado.

Reconhecida como a mais importante



Gribel: incentivo à história



Herkenhoff: ciência leiga